



## **CADERNO DE ENCARGOS**

# **AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O MUNICÍPIO**

**Procedimento n.º 18/2023/DAF**

**CPV:**

34100000-8 - Veículos a motor

43262000-7 - Máquinas escavadoras

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
CLÁUSULA 1.ª – OBJETO: .....	4
CLÁUSULA 2.ª – CONTRATO: .....	4
CLÁUSULA 3.ª – PRAZO: .....	4
<b>CAPÍTULO 2 – DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>5</b>
SECÇÃO 1 – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR .....	5
SUBSECÇÃO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	5
CLÁUSULA 5.ª – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS: .....	5
CLÁUSULA 6.ª – ENTREGA DOS BENS OBJETO DE CONTRATO: .....	6
CLÁUSULA 7.ª – INSPEÇÃO E TESTES: .....	6
CLÁUSULA 8.ª – INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS: .....	6
CLÁUSULA 9.ª – ACEITAÇÃO DOS BENS: .....	7
CLÁUSULA 10.ª – GARANTIA TÉCNICA: .....	7
CLÁUSULA 11.ª – MANUTENÇÃO: .....	8
CLÁUSULA 12.ª – GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO: .....	8
SUBSECÇÃO 2 – DEVER DE SIGILO .....	8
CLÁUSULA 13.ª – OBJETO DO DEVER DE SIGILO: .....	8
CLÁUSULA 14.ª – PRAZO DO DEVER DE SIGILO: .....	9
SECÇÃO 2 – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA .....	9
CLÁUSULA 15.ª – PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL: .....	9
CLÁUSULA 16.ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: .....	10
<b>CAPÍTULO 3 – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
CLÁUSULA 17.ª – PENALIDADES CONTRATUAIS: .....	11
CLÁUSULA 18.ª – FORÇA MAIOR: .....	11
CLÁUSULA 19.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO: .....	12
CLÁUSULA 20.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR: .....	12
<b>CAPÍTULO 4 – CAUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
CLÁUSULA 21.ª – EXECUÇÃO DA CAUÇÃO: .....	14

<b>CAPÍTULO 5 – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>15</b>
<b>CLÁUSULA 22.ª – FORO COMPETENTE:.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 6 – DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 23.ª – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL: .....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 24.ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES: .....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 25.ª – CONTAGEM DOS PRAZOS: .....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 26.ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 7 – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS.....</b>	<b>17</b>
<b>CLÁUSULA 27.ª – OBJETO DO CONTRATO: .....</b>	<b>17</b>
<b>CLÁUSULA 28.ª – CARATERÍSTICAS TÉCNICAS:.....</b>	<b>17</b>



## Capítulo 1 – Disposições gerais

### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto:

O objeto do contrato é aquisição de bens, consistindo, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no **Capítulo 7** deste Caderno de Encargos, no **AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O MUNICÍPIO**.

A aquisição das viaturas de acordo com as cláusulas técnicas descritas no **Capítulo 7 nos lotes 1, 2 e 3**, vêm na sequência do protocolo celebrado entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Vila Nova de Foz Côa, para a concretização de Medidas para Diminuir o Impacto da Escassez de Água no Concelho de Vila Nova de Foz Côa, em que um dos termos a executar pelo município se refere a Aquisição de Viaturas e Máquinas que Permitem uma Intervenção Rápida na Detecção e Reparação de Avarias, mais a aquisição de duas viaturas de acordo com as cláusulas técnicas descritas no **Capítulo 7 nos lotes 4 e 5** para fazer face à necessidade de realizar alguns transportes com crianças.

### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Contrato:

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3.<sup>a</sup> – Prazo:

O contrato mantém-se em vigor após a sua assinatura e até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



## **Capítulo 2 – Disposições contratuais**

### **Secção 1 – Obrigações do fornecedor**

#### **Subsecção 1 – Disposições gerais**

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> – Obrigações principais do fornecedor:**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a. Fornecer os bens e serviços à entidade adjudicante, conforme as características técnicas mínimas, prazos de entrega e requisitos do fornecimento definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais.
  - b. Garantia dos bens fornecidos
  - c. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os fatos que tornem total ou parcialmente impossível os fornecimentos definidos no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> – Conformidade e operacionalidade dos bens:**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **capítulo 7** deste caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Vila Nova de Foz Côa por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.



#### **Cláusula 6.ª – Entrega dos bens objeto de contrato:**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, devidamente legalizados e homologados, ao Município de Vila Nova de Foz Côa, **no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias**, contados após a celebração do contrato.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a **transferência da posse e da propriedade** daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, os respetivos documentos, deslocações até ao local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

#### **Cláusula 7.ª – Inspeção e testes:**

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, **no prazo de 10 (dez) dias**, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no **Capítulo 7** do caderno de encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no mesmo capítulo e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Município de Vila Nova de Foz Côa toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

#### **Cláusula 8.ª – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias:**

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Capítulo 7** do caderno de encargos, o Município de Vila Nova de Foz Côa deve de isso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Vila Nova de Foz Côa procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup> – Aceitação dos bens:**

1. Caso os testes a que se refere a **cláusula 7.<sup>a</sup>** comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Capítulo 7** do presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Vila Nova de Foz Côa.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Vila Nova de Foz Côa, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A assinatura do auto a que se refere o **n.º 1** não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Capítulo 7** do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Garantia técnica:**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato pelo **prazo de cinco anos a contar da data de assinatura do auto de receção**, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Capítulo 7** do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;



- e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g. A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Vila Nova de Foz Côa tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
4. Durante o prazo de garantia o adjudicatário é obrigado a proceder, imediatamente, e à sua custa, à substituição de peças, materiais ou equipamentos, e a executar todos os trabalhos que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos bens nas condições previstas para os quais foram concebidos.
5. Excetuam-se do disposto no número anterior, o preço das peças substituídas nas revisões (pastilhas e outros de material similar de desgaste rápido), que será suportado pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Manutenção:**

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar uma proposta detalhada de **manutenção a 5 (cinco) anos no mínimo**, a vigorar após o termo do prazo de garantia apresentado, incluindo a reparação das respetivas avarias, defeitos, inoperacionalidade ou danos resultantes de sinistros, de acordo com os preços de deslocações, material, mão de obra.
2. A aceitação, pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, das condições contratuais propostas pelo adjudicatário nos termos previstos no número anterior é totalmente livre, não estando incluído na adjudicação do presente procedimento nem no seu preço contratual proposto.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> – Garantia de continuidade de fabrico:**

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo **prazo de 5 (cinco) anos no mínimo**.

#### **Subsecção 2 – Dever de sigilo**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo:**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Foz Côa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.





2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 14.ª – Prazo do dever de sigilo:**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do **prazo de 3 (três) anos** a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Secção 2 – Obrigações do Município de Vila Nova de Foz Côa**

#### **Cláusula 15.ª – Preço base e preço contratual:**

1. O **Preço base** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar não deve exceder o montante de **€ 247.100,00 (duzentos e quarenta e sete mil e cem euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução que constitui o objeto do contrato. Este valor decompõe-se em 5 lotes da seguinte forma:
  - **Lote 1 - uma (1) miniescavadora** - € 61.500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 2 - duas (2) viaturas ligeiras de mercadorias** - € 62.400,00 (€ 31.200,00 cada) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 3 - uma (1) viatura pesada de mercadorias** - € 48.700,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 4 - uma (1) viatura ligeira de passageiros elétrica** - € 34.500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 5 - uma (1) viatura de nove lugares de passageiros** - € 40.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Pelo fornecimento dos bens do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor os preços constantes da proposta adjudicada por Lotes, até ao valor limite da proposta vencedora

- (preço contratual) por Lote, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, após entrega dos mesmos.
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município, nomeadamente, os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
  4. Os preços a que se refere o n.º 2 será pago nos termos da cláusula seguinte.

#### **Cláusula 16.ª – Condições de Pagamento:**

1. A(s) quantia (s) devida(s) pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias, após a receção pela autarquia das faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeito do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a entrega dos bens objeto deste caderno de encargos e sua aprovação.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Foz Côa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder às devidas regularizações.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

## Capítulo 3 – Penalidades contratuais e resolução

### Cláusula 17.<sup>a</sup> – Penalidades contratuais:

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Foz Côa, pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor.
  - a. Pelo incumprimento das datas, prazos de entregas dos bens objeto do contrato, bem como os demais prazos estipulados, até 5% do valor adjudicado, excluindo o IVA.
  - b. Pelo incumprimento da obrigação da garantia técnica, até 5% do valor adjudicado, excluindo o IVA.;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Foz Côa, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor adjudicado, excluindo o IVA;
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da **alínea a) do n.º1**, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução;
4. O Município de Vila Nova de Foz Côa, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se para tal o fornecedor a emitir Nota de Credito correspondente, após notificação da Município.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Foz Côa, exija uma indemnização pelo dano excedente.

### Cláusula 18.<sup>a</sup> – Força maior:

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outras formas resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele venham a recair;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 19.ª – Resolução por parte do contraente público:**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila Nova de Foz Côa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das ações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos gerais de direito.

#### **Cláusula 20.ª – Resolução por parte do fornecedor:**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor pode resolver o contrato, se houver qualquer montante que lhe seja devido há mais de 3 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila Nova de Foz Côa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do código dos contratos públicos.



## **Capítulo 4 – Caução**

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Execução da caução:**

Não é exigida caução nos termos do n.º 2 do artigo n.º 88 do Código dos Contratos Públicos.





## Capítulo 5 – Resolução de litígios

### Cláusula 22.ª – Foro competente:

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo 6 – Disposições finais**

### **Cláusula 23.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual:**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão de posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 24.ª – Comunicações e notificações:**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 25.ª – Contagem dos prazos:**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 26.ª – Legislação aplicável:**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## Capítulo 7 – Disposições técnicas

### Cláusula 27.<sup>a</sup> – Objeto do contrato:

O objeto do contrato consiste na **AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O MUNICÍPIO**, no qual pretendem as presentes cláusulas técnicas definir as características da proposta.

### Cláusula 28.<sup>a</sup> – Características técnicas:

As seguintes características são para a aquisição de viaturas novas. O fornecimento de cada uma das viaturas deve respeitar as seguintes características fixadas:

#### Lote 1 - Miniescavadora

##### 1. Caraterísticas técnicas para uma (1) miniescavadora:

###### a. Motor:

- i. Potência líquida (mínima) 17.6 KW (testada de acordo com as normas ISO 9249 e 80/1269/EEC);
- ii. Potência Bruta (mínima) 18,4 kW;
- iii. Peso operacional (máximo) 4190 kg;
- iv. Profundidade de escavação de 2800 mm a 3100 mm;

###### b. Cabina:

- i. Cabina com ar condicionado;
- ii. Assento do operador com suspensão;
- iii. Cinto de segurança retrátil;
- iv. Auto rádio;
- v. Comandos Joystick Electro-hidráulicos;
- vi. Direção no joystick;
- vii. Para-brisas deslizante e limpa para-brisas;
- viii. Espelho retrovisor na cabina;
- ix. Luzes de trabalho na cabina e na lança;
- x. Alarme de deslocamento;

###### c. Depósitos:

- i. Depósito de combustível (mínimo) 45 Litros;
- ii. Reservatório Hidráulico;
- iii. Sistema de Arrefecimento;
- iv. Óleo do Motor;
- v. Sistema Hidráulico;

d. Ruído:

- i. Conforme Diretiva da União Europeia, "2000/14/EC - relativo à aproximação das legislações dos Estados-Membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior";
  - ii. Pressão Sonora para o Operador (máxima) (ISO 6396:2008) - 78 dB(A);
  - iii. Pressão Sonora Média Externa (máxima) (ISO 6395:2008) - 94 dB(A);
- e. Estrutura Protetora Contra Acidentes de Capotagem ISO 12117-2:2008 - estabelece um meio consistente e reprodutível de avaliar as características de carga das estruturas protetoras de capotamento (ROPS);
- f. Estrutura de Proteção contra Tombamento "ISO 12117:1997 - Máquinas em movimento terrestre - Estrutura de proteção de ponta (TOPS) para escavadoras compactas";
- g. Protetor Superior "ISO 10262:1998 (Level I) - estabelece um procedimento de ensaio consistente e repetível e requisitos de desempenho para avaliar a proteção do operador-protetor que é submetida a carga";

h. Outros:

- i. Caixa de ferramenta;
- ii. Extintor;
- iii. Pirlampo;
- iv. Decalcomanias internacionais – ISO;
- v. Manual de Operação e Manutenção em português;
- vi. Certificado de Conformidade;

i. Acessórios:

- i. Lança giratória e Flecha;
- ii. Linhas auxiliares hidráulicas de alta pressão de simples e/ou duplo efeito;
- iii. Lâmina de 1780 mm (mínima) com função de flutuação;
- iv. Rastos de Borracha;
- v. Engate rápido mecânico;
- vi. Balde de escavação de 500 mm (mínima) com cavilhas;
- vii. Balde de escavação de 300 mm (mínima) com cavilhas;
- viii. Balde mais largo para jardinagem;
- ix. Balde mais largo furado;
- x. Dente de Ripper;

**Lote 2 – Viatura Ligeira de Mercadorias**

**2. Caraterísticas técnicas para duas (2) viaturas ligeiras de mercadorias:**

**a. Motorização:**

- i. Combustível Diesel;
- ii. Cilindrada 2300 cm<sup>3</sup> (mínimo);
- iii. Potência 140 CV (mínimo);
- iv. Tração 4x2;
- v. Caixa de 6 velocidades manual;

**b. Exterior:**

- i. Carroçaria com caixa de madeira ou metálica;
- ii. Pintura branca;
- iii. Duas Portas;

**c. Interior, conforto e segurança:**

- i. ABS;
- ii. Airbags frontais condutor e passageiro;
- iii. Airbags laterais dianteiros;
- iv. Faróis diurnos LED;
- v. Faróis de nevoeiro;
- vi. Óculo traseiro com desembaciamento;
- vii. Elevadores elétricos dos vidros;
- viii. Retrovisores exteriores com regulação elétrica;
- ix. Ar condicionado;

### **Lote 3 – Viatura Pesada de Mercadorias**

3. **Caraterísticas técnicas para uma (1) viatura pesada de mercadorias (Lote 3):**

a. **Motorização:**

- i. Combustível Diesel;
- ii. Potência 175 CV (mínimo);
- iii. Caixa automatizada de 6 velocidades;
- iv. Depósito de combustível com capacidade para 100 Litros (mínimo);
- v. Peso rebocável 12000 kg (mínimo);
- vi. Carga útil para 5800 kg (mínimo)

b. **Exterior:**

- i. Carroçaria preparada para transporte da miniescavadora até 5800 kg (máximo);
- ii. Pintura branca;

c. **Interior, conforto e segurança:**

- i. Duas portas;
- ii. Três lugares;
- iii. ABS;
- iv. Airbags frontais condutor e passageiro;
- v. Airbags laterais dianteiros;
- vi. Faróis diurnos LED
- vii. Faróis de nevoeiro
- viii. Óculo traseiro com desembaciamento
- ix. Elevadores elétricos dos vidros
- x. Retrovisores exteriores com regulação elétrica
- xi. Ar condicionado



**Lote 4 - Viatura Ligeira de Passageiros Elétrica**

**4. Caraterísticas técnicas para uma (1) viatura ligeira de passageiros elétrica (Lote 1):**

- a. Pintura de cor branca;
- b. Cinco lugares;
- c. Binário entre 250 Nm a 270 Nm;
- d. Potência máxima entre 130 cv e 150 cv;
- e. Tipo de Combustível – Elétrico;
- f. Autonomia - 200km a 426km;
- g. Consumo médio de energia - 16kWh/100km a 19kWh/100km;
- h. Tempo de carga - 03:00 (H:m) a 03:40 (H:m);
- i. Tempo de carregamento rápido - 00:20 (H:m) a 00:30 (H:m);
- j. Capacidade da bateria - 35,0 kWh a 40,0 kWh;
- k. Caixa Automática;
- l. Direção Assistida;
- m. Cinco portas;
- n. Faróis de nevoeiro dianteiros;
- o. Faróis de nevoeiro traseiros;
- p. Espelhos retrovisores exteriores de comando elétrico e aquecimento (desembaciamento);
- q. Inspeção para licenciamento de Transporte Coletivo de Crianças - Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua redação atual;
- r. Incluir um carregador de parede, também designado como “Wallbox”.

### **Lote 5 - Viatura de Nove Lugares de Passageiros**

5. **Caraterísticas técnicas para uma (1) carinha de nove lugares para transporte de crianças e outros (Lote 2):**

a. **Motor:**

- i. Tipo: Diesel;
- ii. Cilindrada [cm3]: > 1960 e < 2000;
- iii. Potência máxima [CV]: > 130 e < 160;
- iv. Binário máximo [N.m] > 340 e < 360;
- v. Emissão de gases poluentes - de acordo com a norma em vigor à data do fornecimento;

b. **Depósito de combustível:**

- i. Capacidade de depósito de combustível [litros] > 70 e < 90;
- ii. Tampão com chave;

c. **Chassis e carroçaria:**

- i. Nº de lugares nove (oito mais um motorista);
- ii. Comprimento total do veículo [cm]: ≤ 540;
- iii. Direção assistida;
- iv. Travões de disco em ambos os eixos;

d. **Segurança e auxiliares de condução:**

- i. ABS (Sistema de travagem anti bloqueio das rodas)
- ii. ESP (Programa eletrónico de estabilidade)
- iii. Assistência no arranque em subida
- iv. Cintos de segurança de 3 pontos de fixação em todos os lugares
- v. Air-bag do condutor e passageiros

e. **Interior e conforto:**

- i. Porta individual para o motorista
- ii. Porta de serviço para os passageiros, automática, com sistema anti entalamento
- iii. Abertura de porta de serviço comandada pelo motorista
- iv. Iluminação interior comandada pelo motorista
- v. Ar condicionado

f. **Exterior e decoração:**

- i. Faróis de nevoeiro dianteiros
- ii. Faróis de nevoeiro traseiros
- iii. Espelhos retrovisores exteriores de comando elétrico e aquecimento (desembaciamento)

g. Equipamento acessório:

- i. Manuais de instrução e manutenção
- ii. Inspeção para licenciamento de Transporte Coletivo de Crianças - Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua redação atual.

**Nota:** Todos os veículos e máquinas a adquirir são veículos novos.

Paços do Município de Vila Nova de Foz Côa, 31 de março de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,



---

Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa